

O Ensino Superior no Brasil, o Surgimento dos Cursos de Letras e a Constituição das Áreas de Literatura Portuguesa e Brasileira no Início da Universidade de São Paulo: Uma Perspectiva Histórico-Documental

RESUMO: Considerando o contexto de estabelecimento do ensino superior no Brasil e, em especial, do surgimento dos cursos na área de letras no país, o presente artigo apresenta um panorama histórico-documental acerca da constituição das áreas de literatura brasileira e portuguesa na Universidade de São Paulo (USP) por meio do tratamento da documentação acadêmica recolhida no Centro de Apoio à Pesquisa em História *Sérgio Buarque de Holanda* (CAPH), pertencente à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e nos arquivos acadêmicos da Secretaria Geral de Graduação situada no prédio da Administração da mesma faculdade, em que constam os programas de disciplinas de graduação e demais documentos da área. Os dados aqui apresentados restringem-se aos momentos iniciais da universidade, em específico às décadas de trinta e quarenta do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: ensino superior no Brasil; cursos de letras no Brasil; ensino de literatura portuguesa e brasileira; Universidade de São Paulo.

ABSTRACT: Considering the context of the establishment of higher education in Brazil and, in particular, the emergence of language and literature courses in the country, this article presents a historical-documentary panorama about the constitution of the areas of Brazilian and Portuguese literature at the University of São Paulo (USP) through the treatment of academic documentation collected at the Centro de Apoio à Pesquisa em História *Sérgio Buarque de Holanda* (CAPH), belonging to the Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), and in the academic archives of the General Undergraduate Department located in the Administration building of the same college, which contains the undergraduate courses in the area. The data presented here are restricted to the university's initial moments, specifically the 1930s and 40s.

KEYWORDS: higher education in Brazil; language and literature courses in Brazil; teaching Portuguese and Brazilian literature; University of São Paulo.

1. O Ensino Superior no Brasil

Conforme indicam Romaneli (2005), Fiorin (2006), Fialho (2008) e Souza (2014), apenas três séculos depois da chegada dos portugueses no Brasil é que houve os primeiros movimentos para a implantação do ensino superior no país, justamente no período de permanência da família real, entre 1808 e 1821.

A carta régia de 5 de novembro de 1808 estabeleceu a criação do curso superior para a formação de médicos no Hospital Militar do Rio de Janeiro, e outra carta régia, de 4 de dezembro de 1808, estabeleceu os cursos de engenharia na Academia Real Militar. Contudo, apenas em 1920, um século depois, é que houve a iniciativa de se organizar o ensino superior em sistema universitário por determinação do Governo Federal. Isso se deu com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, pelo decreto no. 14.343, de 7 de setembro de 1920, no governo de Epitácio Pessoa. Essa primeira universidade surgiu da agregação de três escolas superiores: a Faculdade de Direito, de Medicina e a Escola Politécnica.

Antes de 1920, contudo, já se encontravam em funcionamento cursos superiores no Brasil, tal como é o caso da Escola Universitária Livre de Manaus, criada em 1909, e renomeada Universidade de Manaus (1913), tendo funcionado até 1926. Em 1911, criou-se a Universidade de São Paulo, instituição privada de ensino, extinta em 1919 (homônima da USP, mas não se trata da mesma instituição). Em 1912 foi criada a Universidade do Paraná; o governo federal, contudo, pelo decreto no. 11.530, de março de 1915, deixava de reconhecer oficialmente a Universidade do Paraná, visto que tal decreto determinava a abertura de escolas superiores apenas em cidades com mais de 100.000 habitantes. Apenas em 1946 é que a Universidade do Paraná veio a ser oficialmente reconhecida. Como já dito, em 1920 é criada a Universidade do Rio de Janeiro, denominada posteriormente Universidade do Brasil, futuramente Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1927, surgiu, também, a Universidade de Minas Gerais, que se constituiu a partir da agregação das Escolas de Direito, Engenharia e Medicina, e que futuramente daria origem à Universidade Federal de Minas Gerais.

Apesar de existirem vários cursos superiores no Brasil e até universidades já nas primeiras três décadas do século XX, foi apenas a partir do decreto

no. 19.851, de 11 de abril de 1931, conhecido como *Reforma Francisco Campos*, que se instituiu o estatuto das universidades brasileiras, adotando para o ensino superior um único regime universitário. A Universidade de São Paulo, a USP, surge em 1934, já no âmbito deste novo conceito de universidade, dentro do qual se organizarão de modo sistemático os cursos das áreas de humanas em geral e, em específico, o curso de letras. Antes disso, contudo, a formação na área se deu de modo assistemático e irregular, tendo havido tentativas incipientes de implantação de cursos de letras, ainda que fora do âmbito do conceito de universidade.

2. Surgimento e Consolidação dos Cursos de Letras no Brasil

Em seu artigo intitulado “Os Cursos de Letras no Brasil: Passado, Presente e Perspectivas,” Roberto Acízelo de Souza define seis grandes períodos para o estabelecimento e consolidação de tais cursos no Brasil. O primeiro período, que iria de 1549 a 1836, seria marcado pelo monopólio das ordens religiosas, predominantemente da Companhia de Jesus. Segundo Souza (2014), foram os jesuítas que fundaram, na cidade de Salvador, Bahia, o primeiro estabelecimento escolar a ter funcionamento no Brasil. Era nos colégios religiosos que se dava o que chamaríamos hoje de ensino básico. Nesse contexto, as letras tinham um lugar destacado no plano de estudos, mas se restringindo sobretudo ao estudo da gramática, da retórica e da poética aplicadas ao estudo das línguas portuguesa e latina. Fora dos colégios religiosos, Souza aponta a existência de cursos isolados, chamados de aulas régias, instituídas a partir da reforma pombalina de 1759, que eram concessões especiais dadas a professores para lecionarem suas disciplinas em domicílio.

De acordo com Souza (2014), o segundo período se estenderia entre os anos de 1837 e 1907, e seria marcado pelo movimento de criação de um sistema próprio de ensino, já desvinculado dos colégios religiosos da fase anterior. O marco central dessa fase seria a criação do Colégio Pedro II, datada de 1837. Como já mencionado anteriormente, desde 1808, o país dispunha de cursos superiores em funcionamento, tais como a Academia da Marinha no Rio de Janeiro e o curso de cirurgia, em Salvador, mas não havia um curso superior de letras. Estas permanecem confinadas, nesse período, ao âmbito do Colégio Pedro II, visto que, segundo demonstra Souza (2014), os alunos que cumprissem um ciclo de estudos de sete anos de formação específica poderiam receber o título de bacharéis em letras. Além dessa formação, Souza indica várias tentativas de se criar oficialmente o ensino superior de letras no âmbito do Colégio Pedro II, pelo menos em três oportunidades.

Chama a atenção o fato de o Colégio Pedro II constituir-se num projeto de cunho nacionalista, refletido, inclusive, no modo de organização de suas matérias de ensino, como é o caso do ensino de literatura, que passa a estabelecer a literatura brasileira como área específica de estudo. Como esta se constituiu num processo de libertação da literatura portuguesa, a história do ensino das literaturas vernáculas no Brasil deve ser buscada, primeiramente, nos documentos que relatam o processo de emancipação de uma em relação a outra. Souza (2007) oferece-nos um importante levantamento neste sentido, em seu trabalho intitulado “Ao Raiar da Literatura Brasileira: Sua Institucionalização no Século XIX,” ao reconhecer este processo de institucionalização da literatura brasileira como fenômeno inserido dentro do projeto de busca por uma independência, cuja identificação seria de fundo romântico-nacionalista. Para tanto, toma como objeto de investigação os programas de ensino do Colégio Pedro II, que fora implantado no Rio de Janeiro em 1837, e que tinha como objetivo suprir a necessidade de educação das elites da capital do país recentemente tornado independente. Souza ocupa-se dos programas das disciplinas e das listas de livros adotados entre os anos de 1850 e 1900 e demonstra, em seu texto, como a “literatura brasileira foi conquistando espaço no currículo, num claro movimento de consolidação institucional de sua presença” (Souza 2007, 15).

Não pretendemos, aqui, refazer todos os passos demonstrados por Souza, mas é interessante notar como, pela análise dos documentos e das obras adotadas como materiais didáticos, é possível constatar um processo de independência da literatura brasileira na distribuição curricular do ensino, acompanhando, conforme indica Souza, o processo de caminhada para a independência e de abertura para a consolidação da república. Do ano de 1850 a 1870, o estudo das letras foi marcado fortemente pela instrução da retórica e da eloquência. Apenas a partir dessa década é que o estudo da literatura passa a ganhar espaço, principalmente pela introdução do uso da obra do Cônego Fernandes Pinheiro, intitulada *Curso Elementar de Literatura Nacional*. A conotação de nacional desta obra, contudo, não significava necessariamente um predomínio de obras brasileiras, pois a ideia de nacionalidade, neste caso, estava atrelada à da coroa portuguesa.¹ Além desta obra, Sousa aponta ainda para a importante presença de outras, tais como, por exemplo, *Le Brésil Littéraire*, de Ferdinand Wolf, e o *Curso de Literatura* de Sotero dos Reis. Pela análise dos programas e dos conteúdos das obras adotadas ao longo dos anos, Souza identifica que o processo de independência da literatura brasileira parece ocorrer de modo mais forte entre os anos

de 1879 e 1885, em que aponta para um divórcio entre os ensinamentos das literaturas portuguesa e brasileira.

O dado curioso que parece emanar das constatações de Souza é que o divórcio entre literatura brasileira e portuguesa, e seu processo de independência, acabou representando, na prática, não necessariamente apenas um predomínio da literatura brasileira em relação à portuguesa, mas um retorno do prestígio da literatura portuguesa, agora sob outro status, uma vez que o estudo desta passou a ser encarado como que uma espécie de pressuposto ou pré-requisito para o estudo daquela. Com o processo gradual de institucionalização da literatura brasileira, portanto, não apenas esta teve o seu papel estabelecido, como a própria literatura portuguesa também o teve, inicialmente mantendo o status de fonte primária de onde teria brotado a literatura brasileira. Então, do mesmo modo que a institucionalização da literatura brasileira se dá por meio da conquista de sua independência em relação à portuguesa, por outro lado, esta independência também possibilitou a institucionalização, a reboque, da literatura portuguesa. Pensar, portanto, o ensino das literaturas de língua portuguesa no Brasil requer que o consideremos a partir desse jogo de forças dialético operado dentro de um projeto nacionalista contingenciado pelo processo de independência.

A independência da literatura brasileira seria sedimentada, conforme aponta Souza (2007), na década de noventa do século XIX, sendo sintomático disso o fato de que, a partir desse período, já se adotava a obra de Silvio Romero, que deixava para trás a ambiguidade do nome “nacional” e passava a incorporar o Brasil ao seu nome: *História da Literatura Brasileira*. Aos olhos atuais, a conclusão de Souza neste seu texto não deixa de ser necessária:

Percebe-se então que a existência da literatura brasileira como matéria de ensino está longe de ser um fato natural. Trata-se antes de uma construção histórica, encetada após a Independência e concluída nas imediações da Proclamação da República. Não sendo emergência da natureza das coisas, seu status é contingente e, portanto, superável; tendo sido arquitetada sob as condições de um certo tempo, deve-se admitir a possibilidade de sua ultrapassagem. (Souza 2007, 27)

A conclusão estratégica de Souza é bastante significativa no sentido de que lança luzes para alguns rumos que têm assumido os estudos literários atualmente, na busca por se desvencilharem do paradigma do “nacional,” de fundo romântico, como parâmetro de constituição de área de estudos.

Para além das tentativas de criação de cursos superiores de letras no Colégio Pedro II, Souza (2014) identifica um período de florescimento de criação de cursos isolados,² o que corresponderia ao terceiro período na história de tais cursos, que se estenderia de 1908 a 1932. Souza afirma haver poucos dados e estudos disponíveis acerca desse terceiro período.

O estabelecimento definitivo e estruturado dos cursos de letras no Brasil, contudo, só se dará, como dito anteriormente, a partir da década de trinta do século XX. Apesar de existirem vários cursos superiores no Brasil, e até universidades já nas primeiras três décadas do século XX, foi apenas em 1931, com a já mencionada reforma *Francisco Campos*, que se instituiu o estatuto das universidades brasileiras, adotando para o ensino superior um único regime universitário. Souza (2014) situa, portanto, a partir desse marco, a quarta fase do estabelecimento dos cursos de letras no Brasil (que se estende do período de 1933-1962), aquela que se constitui já dentro de um sistema universitário. Conforme Souza (2014), em se considerando o terceiro e quarto períodos delimitados, é que se pode identificar os cursos de letras mais antigos do país,³ dentre os quais se inclui o da Universidade de São Paulo.

Segundo Souza (2014), foi nessa quarta fase que os cursos de letras no Brasil se transformaram efetivamente em área de estudos universitários. O caso da Universidade de São Paulo é paradigmático, pois foi nela que o primeiro curso de letras nasce no cerne do conceito de universidade. O curso de letras da USP nem surge como incorporação de um curso isolado anterior, nem é criado depois da fundação da universidade, mas, sim, surge já integrado no seu projeto inicial e fundador. Isso tem implicações no próprio conceito de universidade que está por trás da criação da USP.

A partir do contexto aqui apresentado, procuraremos verificar, na sequência, como o fenômeno de independência da literatura brasileira em relação à portuguesa, identificado por Souza (2007) no século XIX, no âmbito do Colégio Pedro II, também pode ser constatado, em certo sentido, no momento do estabelecimento da implantação do sistema universitário brasileiro, na década de 1930, especificamente no âmbito da Universidade de São Paulo (USP).

3. A Constituição das Áreas de Ensino de Literatura Portuguesa e Brasileira no Início da Universidade de São Paulo

Após a Revolução de 1930, no Brasil, criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública, e, já em 1931, o ministro Dr. Francisco Campos promulgou uma nova

reforma visando a recuperação da educação de segundo grau. Foi em sua gestão que se cogitou localizar em nível superior a formação sistemática de professores. Cria-se, pelo decreto no. 19.851, de 11 de abril de 1931, o Estatuto Básico das Universidades Brasileiras, que institui a Faculdade de Filosofia no seio da universidade com a função, entre outras, de preparar os quadros docentes da escola de segundo grau, e atribui a essa faculdade um papel central na instância universitária. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP foi pioneira nesse sentido.

Se considerarmos que a origem dos cursos de letras no Brasil, após o decreto de 1931, se deu no âmbito da criação da USP, e se quisermos recuperar a história da institucionalização das literaturas de língua portuguesa, temos de ir à origem deste curso. Santilli (1994) oferece-nos um breve retrospecto das origens desta área de estudo. Conforme relata, desde a fundação da universidade, em 1934, foi criado o curso de Letras Clássicas e Português e de Línguas Estrangeiras, e dentre as cinco cadeiras que compunham o curso, constava, de início, a de Literatura Luso-Brasileira.

Apresentaremos, a seguir, um levantamento documental das duas primeiras décadas dos cursos de letras da USP, tendo em vista o estabelecimento da cadeira de Literatura Luso-Brasileira e o posterior movimento de separação em cadeiras distintas, recuperando, como dito anteriormente, como se deu o processo de emancipação institucional do estudo da literatura brasileira em relação à portuguesa, algo que ocorrera já similarmente nos estudos literários no âmbito do Colégio Pedro II, conforme demonstrou Souza (2007).

O estudo histórico-documental se restringirá, portanto, às décadas de trinta e quarenta do século XX dos cursos de letras da Universidade de São Paulo. O entendimento desse período se dá a partir de um trabalho de pesquisa⁴ referente à documentação acadêmica que foi realizado no Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda (CAPH), pertencente à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da USP. Neste centro, foi possível ter acesso a documentos importantes sobre a história desta faculdade, com destaque ao Acervo Especial intitulado *Projeto Memória*, que contém bibliografia sobre a antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e a atual FFLCH.

Desse acervo, vale destacar a consulta e digitalização de grande quantidade de material dos Anuários da faculdade, que foram publicados desde 1934 até 1952. Tais anuários constituíam-se de publicações que visavam apresentar uma espécie de balanço acadêmico-administrativo do ano corrente imediatamente anterior ao da referida publicação, neles encontrando-se desde documentos

administrativos (como atas, despachos e pareceres) até grades curriculares, programas de disciplinas, quantidades de alunos ingressantes, egressos e formandos. Esse trabalho de pesquisa realizado no CAPH foi fundamental quanto ao levantamento da documentação acadêmica, tendo em vista que os Anuários traziam bastante informação a respeito das grades curriculares e dos programas das disciplinas de graduação do curso de letras.

Contudo, para completar a pesquisa, procedemos ao trabalho com os arquivos acadêmicos da Secretaria Geral de Graduação, situada no prédio da Administração da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Neste arquivo, pudemos consultar os programas de disciplinas de graduação da área de literatura que se estendem dos anos de 1939 a 2006.

De acordo com Santilli (1994), no início dos cursos de letras, na USP, as áreas de conhecimento eram organizadas por cadeiras, ou também chamadas cátedras. Considerando os documentos apresentados nos anuários da faculdade referentes ao período inicial da universidade, é possível verificar a existência de três seções: filosofia, ciências, e a terceira, de letras. Esta terceira seção era organizada em duas subseções. A primeira era a de Letras Clássicas e Português (que abrigava cinco cadeiras: a de Filologia Grega e Latina; Filologia Portuguesa; Literatura Luso-Brasileira; Literatura Grega e Literatura Latina) e a segunda, a de Línguas Estrangeiras (com cinco cadeiras: Língua e Literatura Francesa; Língua e Literatura Italiana; Língua e Literatura Espanhola; Língua e Literatura Inglesa; Língua e Literatura Alemã).

4. A Cadeira de Literatura Luso-Brasileira

Na grande área de letras, portanto, contabilizavam-se ao todo dez áreas específicas denominadas cadeiras. A área de conhecimento aqui considerada, a de literaturas de língua portuguesa, esteve, inicialmente, representada pela cadeira de Literatura Luso-Brasileira, que foi comandada inicialmente pelo professor Otoniel Mota⁵ e, a partir de 1938, passou a estar sob a responsabilidade do professor português Fidelino de Figueiredo.

Conforme já indicado em nosso outro estudo (Telles 2014), se considerarmos o que está documentado nos anuários da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, é possível ter uma ideia da dimensão dos cursos da época. No ano de 1934, por exemplo, a subseção de Letras Clássicas e Português contava com cinco alunos matriculados e a de Línguas Estrangeiras com nove, totalizando, portanto, 14 matrículas na área. Já no ano de 1935,

as mesmas subseções apresentavam, respectivamente, 16 e 26 matrículas, o que resulta num total de 42 matrículas. No ano de 1936, para o curso de Letras Clássicas e Português, consta um total de 14 alunos matriculados e para o curso de Línguas Estrangeiras 22 matrículas, perfazendo 36 no total (*Anuário 1937*, 309-13). No ano de 1937, foram 28 e 29 matriculados nos dois cursos, um total de 57 matriculados em toda a área de letras; já no ano de 1938, foram 25 matrículas no primeiro curso e 12 no segundo, totalizando 37 matrículas (*Anuário 1938*, 226-28). Entre os anos de 1939 e 1949, há o registro da existência de três cursos distintos na grande área de letras: o curso de Letras Clássicas, o curso de Letras Neolatinas e o curso de Letras Anglo-Germânicas. Nesses onze anos, contabilizaram-se, respectivamente, um total 554, 696 e 430 matrículas para cada um destes cursos, o que equivale a uma média aproximada de 50 matrículas por ano para o primeiro curso, de 63 para o segundo e de 39 para o terceiro (*Anuário 1953*, 377).

No *Anuário* de 1936, é possível verificar a centralidade da importância da cultura portuguesa no âmbito da instituição, uma vez que há uma quantidade significativa de textos cobrindo a temática da literatura portuguesa. Apesar de grande espaço para os textos pertinentes à área de literatura portuguesa numa publicação institucional e não acadêmica, como eram os anuários, curiosamente, no texto intitulado “Considerações e Reflexões acerca do Ensino da Literatura” (*Anuário 1936*, 78-83), o professor Otoniel Mota chama a atenção para o fato de que uma das principais dificuldades do ensino residia no difícil acesso dos alunos às obras clássicas da literatura portuguesa, e chama a atenção para o fato de que tal acesso deveria ser garantido não pelo interesse privado, mas, antes, pelo próprio estado. Vejamos o comentário crítico do professor:

É de lamentar que sejam americanos, e não portugueses ou brasileiros, os que estão publicando os documentos inéditos do reinado de D. Manuel, e o mais doloroso é que as nossas bibliotecas, se não erramos, ainda não possuem os três alentados volumes que já saíram na América do Norte, e que somente vi numa biblioteca particular.

Impõe-se de qualquer maneira uma edição popular, a preços módicos, das poesias líricas de Camões, em geral desconhecidas de nossa juventude, fato estranho e lamentável, inconcebível em povos civilizados de outras línguas, no que respeita aos gênios que os exaltaram. Urge que se reeditem, em edições cuidadas, porém baratas, outras obras clássicas desaparecidas do mercado literário. Mas tudo isso, repetimos, não será feito por empresas particulares, pelas

razões já apontadas. A carência de tais obras continuará clamorosa, se o elemento oficial não tomar a peito solucionar o caso. (*Anuário* 1936, 83)

Esse comentário crítico do professor Otoniel Mota, em que reclama para os portugueses e brasileiros o direito ao acesso às obras em sua língua e aponta para o governo a responsabilidade pela sua possibilidade de divulgação, fecha-se, por fim, com um arrazoado sobre a missão do professor de literatura:

Dada a escassez de tempo e a vastidão do campo, o estudo de uma literatura como a luso-brasileira tem de constituir uma seleção de matéria. O professor mal terá tempo de levar a classe a visitar os cumes de cada época literária, estudando apenas os expoentes máximos do pensamento e despertando o gosto, para que os alunos, depois e por si, façam o mesmo com os demais escritores. A missão do professor – aliás, a de todo verdadeiro mestre – será apenas a de nortear com segurança a marcha futura da classe em que ele não será mais o guia. (*Anuário* 1936, 83)

Apesar de distante de nosso tempo, o fragmento acima do professor Otoniel Mota parece fazer-se ainda coerente, já que faz vir à tona justamente a questão sobre o papel do professor de literatura sempre colocado na berlinda entre a vastidão da matéria, a questão da escolha e o espaço pequeno de que dispõe nos currículos para a apresentação satisfatória da matéria literária. Essa constatação do professor Otoniel Mota parece traduzir-se na própria organização do programa da cadeira de que era o responsável à época, que procurava condensar grande parte da história literária portuguesa e brasileira num único programa de ensino. No mesmo *Anuário*, podemos ver a organização curricular do curso de letras, que contava com três anos de formação básica, mais um, chamado de especialização, destinado às disciplinas da área de educação, para quem fosse exercer o magistério. A seção de letras, em sua 1.^a Subseção de Letras Clássicas e Português, era apresentada de acordo com a seguinte estrutura de curso: 1.^o ano: Filologia Portuguesa; Língua e Literatura Grega; Língua e Literatura Latina (1.^a parte); 2.^o ano: Língua e Literatura Grega; Língua e Literatura Latina (2.^a parte); Filologia Portuguesa; 3.^o ano: Língua e Literatura Grega; Língua e Literatura Latina (3.^a parte); Literatura Luso-Brasileira (*Anuário* 1936, 280).

Pela distribuição curricular, é possível perceber que o estudo da literatura luso-brasileira tinha quase que um caráter complementar, uma vez que o que perdurava ao longo do curso todo era o estudo das línguas e literaturas clássicas.

A cadeira de Literatura Luso-Brasileira dividia-se em dois programas, vistos ao longo do terceiro ano do curso. De acordo com o programa da cadeira organizado pelo professor Otoniel Mota, é possível localizar a distribuição de conteúdos dispostos da seguinte maneira, para Literatura Brasileira: 1.º primeiras manifestações literárias no século XVI; 2.º A Escola Baiana no século XVII; 3.º As Academias Literárias no século XVIII. A Escola Mineira. Os Arcades; 4.º O Romantismo; 5.º O Naturalismo. O Parnasianismo; 6.º Os Decadentes. O Simbolismo; 7.º A Fase Moderna. Para Literatura Portuguesa: 1.º. Período inicial. Os trovadores. A prosa ensaiante. Século XII-XIV; 2.º A decadência da poesia e o surgir da prosa nos cronistas e moralistas. Século XV; 3.º A Renascença italiana e o esplendor da literatura portuguesa do século XVI. Os quinhentistas; 4.º Século XVII. Decadência. Os seiscentistas. Influência espanhola; 5.º A influência francesa no século XVIII. Academias; 6.º Do Romantismo a nossos dias (*Anuário 1936*, 289).

No *Anuário* de 1937-38, o nome do professor Otoniel Mota já aparece como sendo o responsável pela cátedra de Filologia Portuguesa, ao passo que o nome do professor português Fidelino de Figueiredo aparece, pela primeira vez, como o responsável pela cadeira de Literatura Luso-Brasileira. No referido *Anuário*, encontra-se publicado o que talvez seja a primeira comunicação oficial do professor Fidelino de Figueiredo a respeito de sua missão como professor responsável pela cátedra de Literatura Luso-Brasileira.

A esse discurso de apresentação das atividades da cadeira seguia-se o currículo do professor Fidelino de Figueiredo e o programa da cadeira, com ementa e bibliografia. É interessante observar como o conteúdo a ser ministrado durante o terceiro ano do curso é dividido em três grandes eras, a medieval (1189 a 1502), a clássica (1502 a 1825) – subdividida em três grandes épocas: a primeira, de 1502 a 1580, a segunda, de 1580 a 1756, e a terceira, de 1756 a 1825 – e a romântica, de 1825 até a atualidade. A partir da segunda era, a clássica, os conteúdos abrangem tanto a literatura produzida em Portugal, quanto a produzida no Brasil. Na era romântica, inclui-se a literatura tradicionalmente tida como realista e, também, a literatura do século XIX. A chamada era romântica encontra-se dividida do seguinte modo: Prolegômenos; o Romantismo em Portugal (1825-1865); o Romantismo no Brasil (1836-1875); o Realismo em Portugal (1865-1900); o Realismo no Brasil (1875-1908); a literatura novecentista em Portugal (1900 até a atualidade); a literatura novecentista no Brasil (1900 até a atualidade) (*Anuário 1937-38*, 358-61).

5. O Desmembramento da Cadeira de Literatura Luso-Brasileira e a Criação das Cadeiras de Literatura Portuguesa e de Literatura Brasileira

A publicação seguinte do *Anuário* não se deu ano a ano, mas sim dá conta de uma década toda, em que se concentram informações sobre a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras entre os anos de 1939 e 1949. Nesta, podemos encontrar documentação sobre o processo de desmembramento da cadeira de Literatura Luso-Brasileira e de criação das cátedras de Literatura Portuguesa e de Literatura Brasileira, bem como sobre os currículos dos cursos.

No documento sobre a cadeira de Literatura Portuguesa temos informações sobre sua criação e organização, seguidas de dados sobre o corpo docente, orientação didática, sobre as atividades desenvolvidas pela cadeira, bem como sobre as pesquisas efetuadas e trabalhos realizados, em que se incluem os títulos e distinções recebidos pelos professores, suas publicações, participações em congressos e atividades de extensão universitária. O texto sobre a criação e organização da cadeira é o primeiro a contar a história da área de Literatura Portuguesa na Universidade de São Paulo, e é assim apresentado:

Quando da fundação da Faculdade, em 1934, o ensino de Literatura Portuguesa não chegou a constituir cadeira; foi apenas disciplina da Cátedra de Literatura Luso-Brasileira (Secção de Letras, 3.º Ano), instalada em 1936 e provida inicialmente pelo saudoso Prof. Otoniel Mota, e já em 1948 pelo Prof. Fidelino de Figueiredo.

Em 1935, o Prof. A. de Almeida Prado, então diretor da Faculdade, propunha ao Conselho Universitário o desdobramento da Cadeira de Literatura Luso-Brasileira (cf. *Anuário* de 1936, pg. 155); a proposta é aprovada em 12 de janeiro de 1936, mas executada apenas em 1939, quando então se instala, sob a regência do Prof. Fidelino de Figueiredo, a Cadeira de Literatura Portuguesa (3.º Ano do Curso de Letras).

O Regulamento de 1941, alterando o currículo de todos os cursos, determina que a Cadeira de Literatura Portuguesa se ministre no 1.º Ano de Letras Clássicas e no 3.º de Neolatinas; e em 1946 o ensino da matéria era bastante ampliado, ministrando-se no 1.º e 2.º Anos dos cursos de Letras Clássicas e de Neolatinas e ainda no 4.º Ano e no Curso de Especialização. (*Anuário* 1939-49, 507.)

No documento acima citado, cabe uma correção quanto a uma data informada. Diz-se, no primeiro parágrafo, que a cadeira de Literatura Portuguesa foi instalada em 1936 e provida inicialmente pelo professor Otoniel Mota e que, já em 1948, teria sido ocupada pelo professor Fidelino de Figueiredo. Contudo, é importante frisar que a data correta do início do professor português como responsável pela cadeira é 1938, informação que é reiterada em diversas outras passagens do mesmo documento.

Como se pode constatar pelo documento acima reproduzido, o desmembramento da cátedra de Literatura Luso-Brasileira não se deu de modo instantâneo, mas, antes, constituiu-se num processo político institucional que durou anos. Primeiramente foi proposto em 1935, depois aprovado em 1936, colocado em prática apenas em 1939 e incorporado, institucionalmente, como lembra Santilli (1994), na reforma de 1942. A título de registro documental, seguem, abaixo, os dois textos citados na apresentação da cátedra de Literatura Portuguesa, primeiramente o pedido de desmembramento da cátedra de Literatura Luso-Brasileira e a aceitação. Ambos os textos encontram-se publicados no *Anuário* de 1936, na seção intitulada “Plano de Modificações Propostas ao Regulamento da Faculdade de Filosofia e Submetidos à Aprovação do Conselho Universitário.” A proposta referente à alteração na cadeira aparece identificada como sendo o item “c,” à página 154; já na página 155 aparece o despacho de regulamentação:

c) Desdobramento da cátedra de Literatura Luso-Brasileira

9. Finalmente, a cátedra de Literatura Luso-Brasileira, pela dificuldade de seu preenchimento, impondo, como o faz atualmente, conhecimento profundo das literaturas de dois povos, afins pela origem, pela tradição histórica e pela língua comum, mas afastados pela peculiaridade de seu desenvolvimento mental e literário, precisa ser desdobrada em cadeiras de Literatura Portuguesa e de Literatura Brasileira.

Parágrafo único – O agrupamento entre a cadeira fundamental e as que lhes devam ser consideradas subsidiárias será discriminado no Regimento, bem como as cadeiras que devam ser consideradas independentes, para a aplicabilidade do artigo 112 do Regulamento.

Art – O candidato que defender tese, tendo feito o curso de uma só disciplina, receberá o grau de doutor, restringindo-se a enunciação do seu título à matéria cursada.

Art – A cadeira de Literatura Luso-Brasileira fica desdobrada em Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa
 São Paulo, 12 de dezembro de 1935.
 A. de Almeida Prado (Anuário 1936, 154-55)

A criação da cátedra de Literatura Brasileira tem a sua apresentação feita do mesmo modo como o fora a de Literatura Portuguesa. O curioso é que, por ser uma cadeira nova, contava com apenas um professor catedrático, o professor Mário Pereira de Souza Lima, e um assistente, o professor José Aderaldo Castelo. Vejamos, na sequência, parte do texto de apresentação da então nova cadeira:

CADEIRA DE LITERATURA BRASILEIRA
 HISTÓRICO E ORIENTAÇÃO DA CADEIRA

Com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo foi criada a Cadeira de Literatura Luso-Brasileira, que passou a ser regida pelo Prof. Fidelino de Figueiredo, até que, em 1939, houve o desdobramento em Cadeira de Literatura Brasileira e Cadeira de Literatura Portuguesa. Para reger a primeira, interinamente, foi convidado o Prof. Mário Pereira de Souza Lima, nomeado por decreto de 11 de julho de 1939. Em 1945, posta a Cadeira em concurso, o Prof. Souza Lima foi nomeado Catedrático (decreto de 14 de agosto de 1945).

De janeiro a dezembro de 1944, o licenciado Manuel Cerqueira Leite exerceu as funções de 1º. Assistente da Cadeira; de outubro de 1945 em diante, estas funções passaram a ser exercidas pelo licenciado José Aderaldo Castello. (Anuário 1939-49, 507-10, maiúsculas no original)

É interessante observar que, conforme está indicado no documento acima apresentado, a ocupação da referida cadeira foi antecedida por concurso público, após o desmembramento da anterior, Luso-Brasileira. Tal concurso fora realizado em 1945, sendo que, curiosamente, os concorrentes de Souza Lima foram, dentre outros, o professor António Cândido (que viria a se fixar como professor do departamento de Teoria Literária que seria criado futuramente) e o poeta modernista Oswald de Andrade.⁶

A partir do Decreto Federal n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, todas as faculdades de filosofia tiveram de se adequar ao padrão oficial da então denominada Faculdade Nacional de Filosofia, criada no Rio de Janeiro, ao que se seguiu uma série de alterações na estrutura da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. No Anuário que cobre os anos entre 1939-1949, se documenta a estrutura

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, bem como se discorre sobre o seu histórico e a composição curricular dos cursos de graduação. Em Letras, constituíram-se os cursos de Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas, com suas diversas cadeiras, dentre as quais a cadeira de Literatura Portuguesa e a cadeira de Literatura Brasileira (*Anuário* 1939-49, 12-29).

Em 1942, uma nova estruturação foi implantada por meio do decreto n.º 12.511, de 21 de janeiro. Os cursos foram agrupados em quatro seções fundamentais e uma “especial.” Na seção de letras, foram mantidos os três cursos citados acima. No que se refere à seção de letras, a partir da reforma de 1942, os cursos ficaram organizados do seguinte modo:

III – Seção de Letras

| I – Curso de Letras Clássicas | II – Curso de Letras Neolatinas | III – Curso de Letras Anglo-Germânicas |
|---|---|---|
| Primeiro Ano Língua Latina Língua Grega Filologia e Língua Portuguesa Literatura Portuguesa Literatura Brasileira História da Antiguidade Greco-Romana | Primeiro Ano Língua Latina Língua e Literatura Francesa Língua e Literatura Italiana Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana Filologia e Língua Portuguesa | Primeiro Ano Língua Latina Filologia e Língua Portuguesa Língua Inglesa e Literatura Inglesa e Anglo-Americana Língua e Literatura Alemã |
| Segundo Ano Língua Latina Língua Grega Filologia e Língua Portuguesa Literatura Latina Literatura Grega | Segundo Ano Língua Latina Filologia e Língua Portuguesa Língua e Literatura Francesa Língua e Literatura Italiana Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana | Segundo Ano Língua Latina Filologia e Língua Portuguesa Língua e Literatura Alemã |
| Terceiro Ano Língua Latina Língua Grega Filologia e Língua Portuguesa Literatura Latina Literatura Grega Filologia Românica | Terceiro Ano Filologia Românica Filologia e Língua Portuguesa Literatura Portuguesa e Brasileira Língua e Literatura Francesa Língua e Literatura Italiana Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana | Terceiro Ano Língua Portuguesa Língua Inglesa e Literatura Inglesa e Anglo-Americana Língua e Literatura Alemã |

Figura 1. Seção de Letras (Adaptado de *Anuário*. 1939-1949, 12-29).

IV – Pedagogia

I – Curso de Pedagogia

Primeiro Ano

Complementos da Matemática
 História da Filosofia
 Sociologia
 Fundamentos Biológicos da Educação
 Psicologia Educacional

Segundo Ano

Estatística Educacional
 História da Educação
 Fundamentos Sociológicos da Educação
 Psicologia Educacional
 Administração Escolar
 Higiene Escolar

Terceiro Ano

História da Educação
 Psicologia Educacional
 Administração Escolar
 Educação Comparada
 Filosofia da Educação

II – Curso de Didática

Didática Geral

Didática Especial
 Psicologia Educacional
 Administração Escolar e Educação Comparada
 Fundamentos Biológicos da Educação
 Fundamentos Sociológicos da Educação (2)

Figura 2. Pedagogia (Adaptado de *Anuário* 1939-49, 12-29).

De acordo com a estrutura acima indicada, os alunos poderiam se candidatar ao curso de didática. Para tanto, deveriam ter completado os três anos básicos destinados ao cumprimento do bacharelado obtido nas três séries dos diversos cursos da faculdade. Nesse caso, por exemplo, o aluno poderia concluir os três anos de um dos cursos de letras ou do curso de pedagogia e, posteriormente, cursar um ano do curso de didática. Aos que terminassem o curso de didática era fornecido o diploma de licenciado no curso em que tivesse obtido o seu bacharelado.

Em 1946, houve mais uma reforma operada em decorrência do decreto federal n.º 9.092, pela qual se acrescentou a todos os cursos um ano de caráter obrigatório, além de terem sido criados os cursos de especialização. Depois de 1946, os currículos dos cursos de letras passam a ser dispostos da seguinte maneira:

III – Secção de Letras

| I – Curso de Letras Clássicas | II – Curso de Letras Neolatinas | III – Curso de Letras Anglo-Germânicas |
|---|---|---|
| Primeiro Ano Língua Latina Língua Grega Filologia e Língua Portuguesa Literatura Portuguesa História da Antiguidade Greco-Romana | Primeiro Ano Língua Latina Língua e Literatura Francesa Língua e Literatura Italiana Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana Filologia e Língua Portuguesa Literatura Portuguesa | Primeiro Ano Língua Latina Filologia e Língua Portuguesa Língua Inglesa e Literatura Inglesa e Anglo-Americana Língua e Literatura Alemã História da Civilização Medieval |
| Segundo Ano Língua Latina Língua Grega Filologia e Língua Portuguesa Literatura Latina Literatura Grega Literatura Portuguesa Literatura Brasileira | Segundo Ano Língua Latina Filologia e Língua Portuguesa Língua e Literatura Francesa Língua e Literatura Italiana Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana Literatura Portuguesa Literatura Brasileira | Segundo Ano Língua Latina Filologia e Língua Portuguesa Língua Inglesa e Literatura Inglesa e Anglo-Americana Língua e Literatura Alemã |
| Terceiro Ano Língua Latina Língua Grega Filologia e Língua Portuguesa Literatura Latina Literatura Grega Filologia Românica Glotologia Clássica | Terceiro Ano Filologia Românica Filologia e Língua Portuguesa Literatura Brasileira Língua e Literatura Francesa Língua e Literatura Italiana Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana | Terceiro Ano Língua Portuguesa Língua Inglesa e Literatura Inglesa e Anglo-Americana Língua e Literatura Alemã |

Figura 3. Seção de Letras (Adaptado de *Anuário* 1939-49, 12-29)

Já a composição do 4.º ano dos cursos ficou organizada de acordo com a seguinte explicação:

O quarto ano

Na quarta série, os alunos optarão, livremente, por duas ou três Cadeiras ou Cursos, dentre os ministrados pela Faculdade; quando aprovados, terão direito ao diploma de Bacharel. Além disso, poderão cursar as Cadeiras de

Psicologia Educacional, Didática Geral e Didática Especial; neste caso, terão direito ao diploma de Licenciado. No quarto ano de Anglo-Germânicas será obrigatória a Cadeira de Filologia Germânica.

Curso de Especialização

Os cursos de Especialização destinam-se aos alunos que, tendo concluído um dos Cursos Ordinários, desejam obter o diploma de Especialista, em uma das matérias constantes das Portarias Ministeriais, nos. 328, de 13 de maio de 1946 e 497, de 15 de outubro de 1947. (*Anuário 1939-49*, 12-29)

É interessante observar que, a partir da mudança ocorrida depois de 1946, as cadeiras de Literatura Portuguesa e Brasileira passam a ganhar mais espaço na distribuição curricular dos cursos de letras. De acordo com a primeira distribuição do currículo dos cursos de letras, em vigor desde 1941, as disciplinas de Literatura Portuguesa apareciam apenas no primeiro semestre do curso de Letras Clássicas e no terceiro no de Neolatinas, neste caso juntamente com o de Literatura Brasileira. Esta, por sua vez, também aparecia apenas no primeiro ano do curso de Letras Clássicas. Já depois da reforma de 1946, a Literatura Portuguesa passou a figurar no primeiro e segundo anos dos cursos de Letras Clássicas e no curso de Letras Neolatinas, ao passo que a Literatura Brasileira passou a vigorar no segundo e terceiro anos destes mesmos cursos. No curso de Letras Anglo-Germânicas, contudo, tanto a literatura portuguesa como a brasileira não chegaram a fazer parte da grade de disciplinas.

Neste mesmo *Anuário*, há a apresentação da quantidade de alunos matriculados nos três cursos de letras ao longo dos anos entre 1939 e 1949. Para o curso de Letras Clássicas, contabilizou-se um total de 554 matrículas; para o curso de Letras Neolatinas, foram 696 matrículas; já para o curso de Letras Anglo-Germânicas, foram 430 matrículas. Desse modo, conforme o documento consultado, temos, ao longo de todo esse período, um total de 1680 matrículas nos três cursos de letras da Universidade de São Paulo.

O *Anuário* referente ao ano de 1950 foi publicado somente no ano de 1952 e se apresenta, basicamente, como um documento de balanço de funcionamento dos cursos, com a indicação das cadeiras componentes de cada curso, do movimento escolar (número de matriculados e de alunos formados), bem como uma seção reservada à descrição das principais atividades das cadeiras. Quanto à composição dos cursos em relação às cadeiras, a organização parece não ter

sofrido alterações em relação aos anos anteriores, tendo assim permanecido, com pouquíssimas alterações, ao longo de toda a década de cinquenta.

6. Considerações Finais

Como dito anteriormente, o presente trabalho procurou se ater à apresentação de um quadro geral sobre a configuração do ensino de literatura portuguesa e brasileira na Universidade de São Paulo (USP), prioritariamente nas suas duas primeiras décadas de existência de seus cursos de letras. Para finalizarmos, contudo, é oportuno lançar um olhar, mesmo que breve, para os desdobramentos da configuração da universidade nas décadas seguintes, contextualizando as áreas de ensino em questão.

Segundo Santilli (1994), a década de sessenta do século XX foi fundamental para o estabelecimento e reordenação das áreas de literatura portuguesa e brasileira. No ano de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação resultou numa reforma dos estatutos da Universidade de São Paulo e na própria Faculdade de Ciências e Letras. Em 1966, foi instituído o decreto que estabelecia que as unidades universitárias seriam constituídas por departamentos, com suas disciplinas afins, os quais seriam as menores frações da universidade. Conforme nos relata Santilli, no artigo quinto de tal decreto, estabeleceu-se a denominação que tem hoje a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Mais tarde, em portaria de janeiro de 1970, foram estabelecidas as disciplinas e as áreas de letras e, em fevereiro de 1971, por meio de outra portaria, tais disciplinas foram agrupadas aos departamentos (Santilli 1994, 428).

Para uma melhor visualização, segue abaixo um quadro com os principais momentos, apresentados por Santilli (1994), da organização institucional que tiveram impacto na área de estudos literários, em específico para as literaturas de língua portuguesa:

| Ano | Documento | Ação |
|------------|---|--|
| 1934 | Decreto Federal n.º 39 de 3 de setembro | Estabelece os setores de letras e de ciências e subdivide o setor de letras em clássicas e modernas. |
| 1942 | Reforma instituída pelo Decreto n.º 12.511 de 21 de janeiro | Institui as cadeiras de Letras Clássicas e Português, desmembrando a cadeira de Literatura Luso-Brasileira em cadeira de Literatura Portuguesa e cadeira de Literatura Brasileira. |

| Ano | Documento | Ação |
|------------|---|--|
| 1954 | Criação do Instituto de Estudos Portugueses. | |
| 1961 | Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 24, de 20 de dezembro) e Reforma dos Estatutos da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras | Consolidação da divisão das letras em clássicas, neolatinas e anglo-germânicas. As cadeiras de Literatura Portuguesa e Brasileira foram consideradas básicas para as três áreas de letras. |
| 1966-69 | Decreto n.º 53.326, de 16/12/69, que aprovou o novo estatuto da Universidade de São Paulo, a partir de trabalho de reforma universitária iniciado em 1966, a partir de duas portarias da Reitoria (GR n.º 278 e 282). | O decreto n.º 53.326 definiu, em seu artigo 4.º, as unidades universitárias nas quais os departamentos, com as disciplinas afins, constituem as menores frações da universidade; no seu artigo 5.º, enumerou, em 13.º lugar, e já com a denominação que tem hoje, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. |
| 1969 | Portaria 885, de 25 de agosto. | Os cursos do Departamento de Letras e dos outros, após os três anos do bacharelado, passaram a ser designados de cursos de pós-graduação. |
| 1970 | Portaria GR 1.023 de 15 de janeiro. | Elencou as disciplinas e as áreas de letras, depois agrupadas nos termos do artigo 14.º da Portaria GR 1380, de 01 de fevereiro de 1971, ficando as disciplinas de Literatura Portuguesa e Literatura Brasileira confirmadas entre as do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, conforme hoje está. |
| 1971 | Reorganização dos cursos de pós-graduação. Novo impulso de pesquisa na área de literatura portuguesa, à qual vieram acoplar-se as disciplinas de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e de Literatura Infanto-Juvenil de Língua Portuguesa. | |
| 1993 | Aprovação pela comissão CPG da FFLCH e pela Câmara Curricular da área de estudos comparados de literaturas em língua portuguesa. Transferência das disciplinas de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e de Literatura Infanto-Juvenil de Língua Portuguesa para a área recém criada. | |
| 1994 | Transferência das disciplinas de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e de Literatura Infanto-Juvenil de Língua Portuguesa para a área de estudos comparados de literaturas em língua portuguesa. | |

Adaptado de Santilli (1994, 428).

Como salientado anteriormente, pouquíssimas alterações nas estruturas dos cursos de Letras da USP se operaram durante a década de 1950. Apenas a partir da década de sessenta é que se implantarão as grandes reformas estruturais, ocasionadas em decorrência de reformas mais abrangentes do próprio sistema educacional e universitário brasileiro. É justamente a partir dessa década que Souza (2014) estabelece o que entende como sendo o quinto período dos cursos de letras no Brasil, período este que iria de 1963 a 2000.

Segundo Souza (2014), a partir de 1963, os cursos de letras passam a ser estruturados em habilitações simples e duplas, sendo incluída a obrigatoriedade de um currículo mínimo contendo oito disciplinas, cinco obrigatórias e três de livre escolha. As disciplinas de Literatura Brasileira e Literatura Portuguesa passavam a figurar no rol das obrigatórias, ao lado das de Língua Portuguesa, Língua Latina e Linguística. Dentre as de livre escolha, incluíam-se as disciplinas de Cultura Brasileira, Teoria da Literatura, Literatura Latina, Filologia Românica, Língua Grega, Literatura Grega, além de uma língua estrangeira moderna e sua respectiva literatura. Souza (2014) chama a atenção para o fato de esse período ser marcado por um crescente protagonismo das disciplinas de Linguística e Teoria da Literatura, que acabaram por ser responsáveis por orientar novas perspectivas no ensino e pesquisa.

Nesse quinto período, ainda na década de sessenta, houve um segundo momento de reforma universitária que acabou por delinear o formato dos cursos de letras que se manteve até os anos dois mil. A partir da reforma universitária de 1968, há o desmembramento das faculdades de filosofia, dando margem ao surgimento de faculdades e institutos de letras isolados. Há, também, como visto acima com Santilli (1994), a extinção do sistema de cátedras, ou cadeiras, sendo criados os departamentos. A partir da década de setenta, ocorre a criação do sistema nacional de pós-graduação, com a implantação dos cursos de mestrado. Com isso, à medida em que os programas de pós-graduação vão sendo incorporados ao sistema universitário brasileiro, criam-se gradativamente novas exigências formais para a admissão de professores no magistério superior.⁷

A partir do final da década de 1990, com a formulação e implantação gradual da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as consequentes Diretrizes Curriculares Nacionais, há modificações importantes nas orientações para a composição dos currículos na área. Isso prepara o que Souza (2014) entende por ser o sexto período dos cursos de letras, que se estenderia do início dos anos dois mil até a atualidade. A partir daí, deixa de existir a exigência de um currículo mínimo e

admite-se uma maior flexibilização, considerando apenas que as disciplinas dos cursos devem estar ligadas às áreas de estudos linguísticos e literários.

A título de exemplo, como já demonstrado em outro estudo,⁸ considerando o caso específico do ensino de literatura portuguesa na USP, verificou-se a presença, desde a década de sessenta até a atualidade, da disciplina em seis níveis (Literatura Portuguesa I-VI) ocupando o espaço de seis semestres. A partir da análise dos programas desta disciplina entre as décadas de sessenta e a primeira década dos anos dois mil, concluiu-se pela existência de alguns padrões de organização de conteúdos. Até o ano 2000, houve basicamente dois princípios de organização, nos seis níveis da disciplina: o primeiro seria de caráter panorâmico, obedecendo a um paradigma historiográfico ascendente baseado no estilo/época, que variava ao longo do período de distribuição de acordo com gêneros e autores – esse princípio foi aplicado nas disciplinas I a IV; um segundo princípio seria o da especialização, nas disciplinas V e VI, fundamentado no pressuposto canônico, baseado em nomes de autores, sendo estes tomados como monumentos incontornáveis: Camões e Pessoa. Apenas a partir de 2010, os programas da disciplina aparentam uma organização totalmente diferente: para as disciplinas I a IV, abandonou-se a organização dos conteúdos baseada no estilo de época e autor, sendo estes substituídos pelo princípio de organização temporal, por séculos; já as disciplinas V e VI passam a ser organizadas segundo princípios de temas e autores, mas que não são mais fixos.

No que se refere ao currículo, apesar de a atualidade ser cada vez mais marcada pelo processo de flexibilização e, paralelamente, apontar para um certo ultrapassamento do paradigma da nacionalidade no modo de organização dos estudos literários, no caso específico da Universidade de São Paulo, contudo, quando considerados os documentos acadêmicos, as disciplinas de Literatura Brasileira e Portuguesa parecem ter ocupado espaço fixo e destacado nos currículos dos cursos de letras ao longo de décadas até a atualidade.

NOTAS

1. Carlos Augusto de Melo demonstra justamente como as primeiras histórias literárias brasileiras são constituídas a partir da história da literatura portuguesa, e como o que nelas se denomina de nacional, na verdade, se faz, sempre, como referência ao entendimento de Portugal como nação. Para tanto, aborda justamente obras concernentes ao período enfocado por Roberto Acízelo de Souza. Em especial, sobre o *Curso Elementar de Literatura Nacional*, do Cônego Fernandes Pinheiro, Melo considera o seguinte: “A literatura nacional estudada é, portanto, a literatura portuguesa, formada pela produção dos portugueses e da colônia. Essa literatura constrói-se e manifesta-se por meio da história da nacionalidade dos portugueses fundamentada pelos momentos de formação do poderio da monarquia portuguesa. Desse ponto de vista, a produção literária brasileira aparece para fortalecer a ideia do domínio e do poder português. A história da literatura portuguesa é expressão e reflexo direto das marcas do passado histórico dos portugueses. Entende-se, então, que as metáforas de periodização – infância, adolescência, etc. ou século de ouro, idade de ferro, etc. – aplicadas ao desenvolvimento da história das letras nada mais é que a interpretação geral da história do reino de Portugal, na qual os escritores e suas obras aparecem como resultante documental desse processo histórico” (Melo 2011).

2. Souza (2014) identifica pelo menos cinco dessas tentativas: “1. Faculdade Eclesiástica (depois Pontifícia) de São Paulo: fundada em 1908 e extinta em 1914; 2. Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo: fundada em 1908, interrompeu suas atividades em 1917, por causa da Primeira Guerra; voltou a funcionar em 1922, passando a chamar-se, a partir de 1931, Faculdade de Filosofia, Ciências e letras de São Bento, sendo posteriormente incorporada à Universidade Católica de São Paulo (hoje Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), quando de sua fundação, em 1946. 3. Academia de Altos Estudos: fundada em 1916, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, passa a chamar-se, a partir de 1919, Faculdade de Filosofia e Letras, cessando as atividades em 1921. 4. Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro: fundada em 1924 e extinta em 1937; 5. Faculdade Paulista de Letras e Filosofia: fundada em 1931 e extinta no ano seguinte” (Souza 2014, 15).

3. Souza (2014) identifica os primeiros cursos de letras do país como sendo os seguintes: “1. O da PUC-SP, que remontaria a 1908 ou a 1933, conforme o referencial que se adote como seu núcleo originário (respectivamente, a Faculdade Livre de Filosofia e Letras de São Paulo, ou o Instituto *Sedes Sapientiae*); 2. O curso de Letras da USP, instituído em 1934, já a partir da fundação da Universidade, incluindo a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; 3. O curso de Letras Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, datado de 1935; 4. O curso de Letras da Universidade Federal do Paraná - UFPR, datado de 1938; 5. O curso de Letras da Universidade Federal do Paraná – UFPR, datado de 1938; 6. O curso de Letras da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, datado de 1939; 7. O curso de Letras Universidade Federal de Minas Gerais, datado de 1939” (Souza 2014, 16).

4. O levantamento dos documentos aqui apresentados se deu no âmbito do projeto de pós-doutorado que se intitulou *A Presença da Literatura Portuguesa no Brasil: Percursos e Percalços do Ensino e da Pesquisa no Processo de Constituição da Área de Literatura Portuguesa nas Universidades Brasileiras*. A pesquisa teve como sede a Universidade de São Paulo (USP) e foi desenvolvida no âmbito do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Pesquisa financiada pela FAPESP (processo 2013/07623-3). Resultados parciais dessa pesquisa já foram publicados esparsamente, tais como a comunicação submetida ao congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, intitulada “A Presença da Literatura Portuguesa nas Pesquisas de Pós-Graduação na Universidade de São Paulo” (XI Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Mindelo, Cabo Verde, 21-25 de julho de 2014); a comunicação “Universidade: Instância Legitimadora da Literatura” (XIV Congresso Internacional da ABRALIC, 2015. <https://abralic.org.br/anais-artigos/?id=919>); e em artigo intitulado “A Literatura como Objeto de Conhecimento: Notas sobre o Cânone e a Pesquisa Acadêmica.” 2015. *Revista Fronteira* 14: 30-50. São Paulo: PUC-SP.

5. No *Anuário da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de 1936*, é possível encontrar a seguinte nota biográfica acerca do Professor Ontoniel Mota: “O prof. Otoniel de Campos Mota, filho de José Rodrigues e de D. Bernardina Deoclecia da Mota Pais, nasceu em Porto Feliz, a 16 de Abril de 1878. Fez seus primeiros preparatórios no antigo Curso Anexo à Faculdade de Direito. Completou-os no Seminário Presbiteriano, onde fez o seu curso teológico, em São Paulo. Foi lente de português em Ribeirão Preto, e depois em Campinas, e Diretor da Biblioteca Pública de S. Paulo”. Ver *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936*. 1937, 306. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

6. O referido concurso foi realizado entre os dias 23 de julho e 4 de agosto de 1945. Houve seis candidatos em disputa: 1. Antonio Candido de Mello e Souza, com a tese intitulada “Introdução ao Método Crítico de Silvio Romero”; 2. Antônio Salles Campos, com a tese “Origem e Evolução dos Temas da Primeira Geração de Poetas Românticos Brasileiros”; 3. Manuel Cerqueira Leite, com a tese “Do Fato Literário, do Ponto de Vista Funcional”; 4. Mário Pereira de Souza Lima, com a tese “Os Problemas Estéticos na Poesia Brasileira do Parnasianismo ao Modernismo”; 5. José Oswald de Souza Andrade, com a tese “A Arcádia e a Inconfidência”; 6. Jamil Almansur Haddad, com a tese “O Romantismo Brasileiro e as Sociedades Secretas do Tempo.” A comissão examinadora foi composta pelos professores Jorge Americano e Gabriel Rezende Filho (indicados pelo Conselho Universitário) e Afonso Arinos de Mello Franco, Leonel Vaz de Barros e Guilherme de Almeida (indicados pelo Conselho Técnico-Administrativo) (*Anuário 1939-49*, 384).

7. No que se refere à pós-graduação na Universidade de São Paulo, foram apresentados estudos, em outras duas oportunidades, acerca das pesquisas e produções na área, especificamente a literatura portuguesa. Primeiramente, numa comunicação submetida a um

congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, intitulada “A Presença da Literatura Portuguesa nas Pesquisas de Pós-Graduação na Universidade de São Paulo” (XI Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas. Mindelo, Cabo Verde, 21-25 de julho de 2014) e, posteriormente, em artigo intitulado “A Literatura como Objeto de Conhecimento: Notas sobre o Cânone e a Pesquisa Acadêmica.” 2015. *FronteiraZ* 14: 30-50. São Paulo: PUC-SP.

8. Ver Telles 2015, https://abralic.org.br/anais/arquivos/2015_1456102502.pdf.

REFERÊNCIAS

- Anuário Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936. 1937. São Paulo: Universidade de São Paulo, Seção de Publicações.
- Anuário Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1937-38. 1938. São Paulo: Universidade de São Paulo, Seção de Publicações.
- Anuário Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1939-49, vols. 1 e 2. 1953. São Paulo: Universidade de São Paulo, Seção de Publicações.
- Anuário Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1950. 1952. São Paulo: Universidade de São Paulo, Seção de Publicações.
- Anuário Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1951. 1952. São Paulo: Universidade de São Paulo, Seção de Publicações.
- Fialho, Denise da Silva, e Lara Lopes Fidelis. 2008. “As Primeiras Faculdades de Letras no Brasil.” *Revista HELB* 2. Brasília, DF: Universidade de Brasília.
- Fiorin, José Luiz. 2006. “A Criação dos Cursos de Letras no Brasil e as Primeiras Orientações da Pesquisa Linguística Universitária.” *Línguas e Letras* 7, no. 12. Cascavel, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.
- Melo, Carlos Augusto. 2011. “A História da Literatura Portuguesa nas Páginas das Primeiras Histórias Literárias Brasileiras.” *Atas do XII Congresso Internacional da ABRALIC*. Curitiba, PR: ABRALIC.
- Romanelli, O. 2005. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Santilli, Maria Aparecida. 1994. “Literatura Portuguesa.” *Estudos Avançados* 8, no. 22. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Souza, Roberto Acízelo de. 2007. “Ao Raiar da Literatura Brasileira: Sua Institucionalização no Século XIX (Introdução).” Em *Historiografia da Literatura Brasileira*, edição de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Souza, Roberto Acízelo de. 2014. “Os Cursos de Letras no Brasil: Passado, Presente e Perspectivas.” *Opiniões* 4 e 5, *Dossiê: Literatura e Educação*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Telles, Luís Fernando Prado. 2014. “A Presença da Literatura Portuguesa nas Pesquisas de Pós-graduação na Universidade de São Paulo.” *XI Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Mindelo: Cabo Verde.

Telles, Luís Fernando Prado. "A Literatura como Objeto de Conhecimento: Notas sobre o Cânone e a Pesquisa Acadêmica." 2015. *FronteiraZ* 14: 30-50. São Paulo: PUC-SP

Telles, Luís Fernando Prado. 2015. "Universidade: Instância Legitimadora da Literatura." XIV Congresso Internacional ABRALIC. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, UFPA.

LUÍS FERNANDO PRADO TELLES é Professor de Teoria Literária da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Possui bacharelado e licenciatura em letras (1997), mestrado (2000) e doutorado (2009) em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pós-Doutorado junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo (USP) 2014.